

B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • agosto de 2015



MUNICÍPIOS EM COLAPSO

Nesta edição:

- Rede Municipalista vai motivar, capacitar, orientar e trocar informações
- Municípios têm dois mil Agentes de Combate às Endemias excedentes
- Vereadores reforçam luta pela aprovação de um novo Pacto Federativo

Movimento municipalista

Ato na Praça dos Três Poderes reuniões marcam a Mobilização



A primeira *Mobilização Permanente* de 2015 foi marcada após reunião entre a Confederação Nacional de Municípios (CNM), os dirigentes da entidade e os presidentes de associações estaduais. Três pautas ganharam destaque: a transferência pela metade do repasse extra do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); a preocupação com os Restos a Pagar (RAPs) e a possibilidade de cancelamentos; e o andamento de propostas do Pacto Federativo na Câmara e no Senado.



Uma semana antes da Mobilização, em nova reunião da Diretoria CNM e entidades, ficou decidido que o movimento faria um ato na Praça dos Três Poderes para chamar a atenção do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional.



Definida a data, 5 de agosto, e o local, o auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, os gestores começaram a ser convocados pelos dirigentes municipalistas. Além dos prefeitos, a presença de vereadores e secretários foi destacada. Mensagens de texto, matérias no site, TV e Rádio CNM e convites via redes sociais foram usados na divulgação.

Mais de 500 gestores municipais, a maioria prefeitos de diversas partes do País, atenderam ao convite. A *Mobilização Permanente* começou por volta das 9 horas no auditório Nereu Ramos. Por pouco mais de uma hora, alguns presidentes de entidades estaduais e prefeitos falaram sobre a pauta destaque e abordaram outros problemas que dificultam a gestão municipal.



e importantes ão Permanente

O presidente em exercício da CNM, Glademir Aroldi, disse: “se precisar mobilizar setembro, outubro, novembro e dezembro, nós vamos estar aqui. Até porque esta Mobilização é permanente. Nós estamos unidos e não vamos arredar o pé. Nós vamos dizer que não conseguimos mais manter os serviços essenciais dos nossos Municípios. Vamos mobilizar até sermos ouvidos. E, se for preciso, vamos sim entregar programa federal pro governo.”



Presidente da Associação de Municípios do Paraná (AMP), Marcel Micheletto, desabafou: “quem sabe faz a hora e não espera acontecer. Os Municípios não aguentam mais tanta crise. Estourou a tampa da chaleira.”



Em frente ao Palácio, o ato atraiu uma série de jornalistas e cinegrafistas que passaram a acompanhar a ação dos prefeitos. Um cordão de isolamento foi feito pela Polícia Militar do Distrito Federal. O objetivo era impedir que a mobilização avançasse para o Planalto. Respeitosamente, os municipalistas pararam, sentaram e começaram a cantar o Hino Nacional.

Um dos dirigentes estaduais a discursar foi o presidente da Associação dos Municípios Pernambucanos (Amupe), José Patriota. “Você não é você. Você representa o povo da cidade em que você foi eleito. Essa será uma caminhada simbólica. Vamos ao Planalto dizer o que está acontecendo com os Municípios”, conclamou.



Decididos que o ato em protesto à desatenção com os Municípios deveria mesmo acontecer, a programação foi mantida. Os participantes da Mobilização saíram do Nereu Ramos com faixas, cartazes e marcharam na frente do Supremo Tribunal Federal (STF), ao lado do Congresso Nacional e depois pararam em frente ao Palácio do Planalto. Essa caminhada durou aproximadamente meia hora.



A essa altura, como os gestores estavam no meio da rua, o trânsito em torno da Praça dos Três Poderes ficou parado por alguns minutos. Após o Hino, a pista foi liberada pelos participantes, que se deslocaram para a Praça dos Três Poderes, ainda de frente para a sede da Presidência da República.





Nesse instante, o presidente Gladimir Aroldi, acompanhado de alguns presidentes de estaduais, atravessou a rua e foi ao Palácio com a Carta Municipalista à Presidência da República, ao Congresso Nacional e à Sociedade Brasileira em mãos. O grupo foi recebido pelo subchefe de Assuntos Federativos, Olavo Noletto, na porta do edifício.



De volta à concentração dos gestores, Aroldi e os demais marcharam em torno do Palácio de volta ao Congresso. Em frente às bandeiras dos 26 Estados e do DF, um caminhão com o Hino Nacional e cartazes que lembravam a palavra sobre o FPM, os municipalistas posaram para fotografias e retomaram discursos.



Depois de alguns discursos sobre a crise, a CNM orientou os gestores a voltarem para o auditório Nereu Ramos, pois, naquela primeira hora da tarde, o presidente e a Diretoria da Confederação seriam recebidos pelo presidente do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB-AL).

A Carta Municipalista foi entregue ao representante do governo federal. Olavo disse que os prefeitos e vereadores tinham o direito de se manifestar sempre de maneira pacífica e reforçou que na agenda do vice-presidente da República, Michel Temer, daquele dia estava confirmada uma reunião com os líderes municipalistas. Ele assegurou que acompanharia a reunião e que o governo não nega apoio aos Municípios.

Presidente da Associação dos Municípios do Mato Grosso do Sul (Assomasul), Juvenal Neto, foi um dos que discursaram em frente ao Congresso. Ele afirmou que, ainda em agosto, as prefeituras do Estado vão parar em forma de protesto. O objetivo é mostrar a atual situação para a população. Para a Assomasul, Municípios de todos os outros Estados também devem aderir à paralisação para que ela seja nacional.

O objetivo do encontro com Renan foi reforçar a pauta do Pacto Federativo em análise pelos senadores. Distribuir da melhor maneira o bolo de tributos e evitar a criação de novos encargos sem indicar a fonte de financiamento são as principais reivindicações. Renan também recebeu a Carta Municipalista.





Agência Senado

Em resposta, Renan Calheiros assegurou a celeridade na votação dos projetos do Pacto Federativo e disse que os pedidos dos prefeitos estão em andamento no Congresso desde a *XVIII Marcha*. A CNM agradeceu o fato de o Senado manter as promessas feitas em maio, em especial a votação da proposta que prorroga o tempo de execução da Lei dos Resíduos Sólidos.



Durante a audiência, diversos gestores foram convidados a se pronunciar. O prefeito de Panamá (GO) e presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM), Divino Alexandre, fez um desabafo: “não tem condição mais de os Municípios assumirem responsabilidades impostas pelas leis federais para que os Municípios possam cumprir”.



A CNM também contribuiu com debates onde apresentou um conjunto de números que reforçam a difícil condição financeira dos entes federados. Em 2009, por exemplo, a dívida previdenciária dos Municípios somava R\$ 22 bilhões, segundo dados da Receita Federal. Em 2011, esse valor chegava próximo dos R\$ 62 bilhões.

Simultaneamente, no auditório Nereu Ramos, o presidente da Comissão Especial Sobre o Pacto Federativo na Câmara, deputado Danilo Forte (PMDB-CE), abriu audiência pública com o tema Previdência. Dezenas de prefeitos acompanharam os debates. Forte reforçou a pauta municipalista e a importância para sobrevivência dos entes federados.

O sentimento de insatisfação é comum em outras regiões. O prefeito de Taquaritinga do Norte (PE), José Evilásio de Araújo, disse se sentir humilhado ao ter que pedir ao governo federal mais condições para os Municípios. “Hoje mesmo nós sentamos na Praça dos Três Poderes, precisamos nos humilhar. Somos nós a mãe dos entes federados, porque tudo acontece nos Municípios.”

Esta audiência ainda não tinha terminado, quando novamente um grupo de líderes acompanhou o presidente da CNM, Glademir Aroldi, até o gabinete da vice-presidência da República. Michel Temer recebeu os municipalistas por volta das 16 horas. Dois temas da pauta municipalista foram relatados a ele: o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e os Restos a Pagar (RAP).





Temer demonstrou solidariedade com os prefeitos e se comprometeu a levar as questões adiante. Na próxima semana, ele deve se reunir com a equipe econômica do governo federal para viabilizar a reposição do FPM aos Municípios, conforme a negociação e o acordo firmado.

Ao final desta reunião, o vice-presidente também recebeu a Carta Municipalista. Nela estão relatadas as dificuldades enfrentadas pelos Municípios brasileiros.

MOBILIZAÇÃO MUNICIPALISTA PERMANENTE

#MobilizacaoMunicipalista

Depois de quase um dia inteiro, o movimento municipalista alcançou o objetivo. Mostrou que a crise tem dificultado o cumprimento de serviços essenciais: ao Congresso, na figura de Renan Calheiros, à Presidência, por meio do vice Michel Temer e à sociedade por meio da imprensa nacional que acompanhou o ato.



Crise nos Municípios

Falta de recursos deixa Municípios de Norte a Sul do Brasil à beira do colapso

A crise, que vem afetando os gestores municipais, chegou a proporções estratosféricas. Seja no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste ou Sul, a realidade é a mesma: não dá mais para sustentar tantas responsabilidades com recursos federais cada vez mais enxutos. No dia 5 de agosto, mais de 400 prefeitos se reuniram para a primeira *Mobilização Permanente* de 2015.

Sem verbas para gerir as despesas, cada vez mais altas, do Município, os prefeitos voltaram a Brasília com o objetivo de chamar a atenção das autoridades para a gravidade do momento atual. A imprensa esteve presente e registrou o ato público na Praça dos Três Poderes.

Ao longo da caminhada, era possível ouvir palavras de ordem pedindo mais respeito aos Entes federados. Uma das faixas seguradas pelos gestores trazia a mensagem: "Pacto Federativo: até quando o Município será desrespeitado?". Esse é o sentimento que permeia entre os gestores municipais.

Como eles explicam, a crise está cada dia pior, e os recursos que deveriam vir do governo federal não chegam aos Municípios. Manoel Possidônio é prefeito da cidade de Platina, em São Paulo. Ele esteve na *Mobilização Permanente* e, em entrevista à *Agência CNM*, contou que vive uma situação dramática.

Região Sudeste

Platina tem pouco mais de quatro mil habitantes e já enfrenta problemas graves na área da saúde. "Agora com essa crise está péssimo, principalmente a saúde. O governo nem a parte que é deles está mandando, eles cortaram tudo para os Municípios", desabafa Possidônio.

O gestor explicou também que outras cidades paulistas compartilham das mesmas dificuldades. "São Paulo tem 645 Municípios e tem uns 500 que não vão ter nem condição de administrar porque não têm recursos. E a população cobra do prefeito,

mas a gente depende do repasse que tem", finalizou.

Região Sul

Localizado ao Sul do País, está o Município de Três Cachoeiras (RS), que também vivencia problemas para driblar os efeitos da crise. O prefeito, Nestor Behenck, confirma o quadro crítico mencionado pelo gestor de Platina, em São Paulo.

"A crise está muito forte. O governo federal tem colocado diversos compromissos em cima dos Municípios e muitos encargos estouram na própria folha e do índice do Município. Três Cachoeiras é uma cidade com 11 mil habitantes, e a lei do piso dos professores arrebitou com o nosso orçamento. Até quando eu vou aguentar? Não sei", completou.

Durante sua fala, Nestor reforçou ainda a questão das emendas parlamentares. O recurso é prometido aos gestores municipais, as obras são iniciadas e depois o recurso não chega. "Temos hoje lá no meu Município creches, máquinas na agricultura que estão paradas porque o governo não está repassando os recursos."

Região Centro-oeste

Neurilan Fraga, prefeito de Nortelândia (MT), também marcou presença na *Mobilização Permanente*. Ele, que também preside a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), explicou que o caos das cidades brasileiras está ligado à dinâmica entre os Entes da Federação nos dias atuais. "Existe uma transferência de responsabilidade do governo federal e dos governos estaduais para os Municípios sem a devida contrapartida financeira", afirma.

Uma das principais reivindicações dos gestores é o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O recurso que seria de 0,5% sobre 12 meses acabou levando em conta o período de apenas um semestre, o que o reduziu para 0,25%. Como lembrou o presidente da entidade estadual, muitas cidades mato-grossenses sobrevivem desse repasse.



Pref. Bom Despacho/MG

Ele também frisou que as ações do movimento continuarão. "Estaremos permanentemente mobilizados aqui em Brasília para sensibilizar o Congresso Nacional e também o governo federal da importância de que os compromissos assumidos pela presidente Dilma sejam cumpridos", disse Neurilan, ao se referir sobre a questão do FPM.

Região Nordeste

Mais de 40 gestores do Rio Grande do Norte também vieram a Brasília para se juntar ao movimento municipalista. Dentre eles, estava o prefeito de Encanto (RN), Alberone Neri. Em entrevista à *Agência CNM*, o tema do Fundo de Participação dos Municípios voltou a aparecer.

"Nós [prefeitos] estamos aqui para o cumprimento da palavra da presidente Dilma sobre o FPM, porque hoje o Brasil está passando por uma situação muito difícil. Os Municípios estão em um barco à deriva. Nós não podemos cumprir com as nossas obrigações mais as obrigações dos Estados e do governo", pontuou o gestor nordestino.

Ao final do ato público na Praça dos Três Poderes, foi entregue ao Congresso Nacional uma carta com as reivindicações do movimento municipalista. A lista engloba itens como o cumprimento do 0,5% do FPM sobre o período de um ano, a reformulação do Pacto Federativo e a complementação da União para o pagamento do piso dos professores.

Com tantas obrigações e poucos recursos, os Municípios lutam pela sobrevivência e prometem fazer mobilizações permanentes na capital federal.

Pauta da Marcha

Aprovada em Comissão – PEC que proíbe novos encargos sem o custeio vai ao Plenário

Mais um avanço em uma das principais reivindicações do movimento municipalista e luta constante da Confederação Nacional de Municípios (CNM). A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 172/2012, que proíbe a União de atribuir responsabilidade aos Estados e aos Municípios sem a fonte de financiamento, foi aprovada pela Comissão Especial do Pacto Federativo. A matéria segue para o Plenário da Câmara e integra a pauta logo na primeira semana de setembro.

A votação ocorreu na quarta-feira, 26 de agosto. O texto aprovado pelo colegiado é um substitutivo proposto pelo relator da matéria, deputado André Moura (PSC-SE). Para garantir a aprovação da PEC, Moura fez acordos com a base aliada e até mesmo com o vice-presidente da República, Michel Temer. O líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), também se envolveram no processo de negociação.

O substitutivo apenas impede que as contas do governo federal sejam prejudicadas. O texto ficou assim: a União só será responsável pelo repasse do valor correspondente a qualquer tipo de despesa de prestação de serviços a Estado, Municípios e ao Distrito Federal se ela tiver recursos orçamentários para isso. Se não tiver, não pode atribuir nada aos demais Entes.



Luis Macedo / Câmara dos Deputados



Luis Macedo / Câmara dos Deputados

Sugestões do relator

Mendonça Filho (DEM-PE), autor da PEC original, também foi consultado pelo relator André Moura. “A União sempre teve o péssimo hábito de impor encargos a Estados e Municípios. O objetivo era criar um guarda-chuva de proteção para que estes Entes não fossem surpreendidos com novas obrigações sem ter receitas para honrar as despesas”, explicou.

Na semana passada, quando apresentou

versão preliminar do relatório, Moura havia sugerido duas alterações. As duas foram aprovadas. Uma inclui no texto a possibilidade de haver, anualmente, um acerto de contas de Estados e Municípios com a União. A outra mudança deixa claro que a competência da União para fixar pisos salariais de categorias profissionais também estará, a partir de agora, condicionada à transferência de recursos financeiros para os demais Entes federados. Se não houver compromisso da União em arcar com a despesa, ela não poderá existir.

E a União...

De acordo com André Moura, o acordo envolve a apreciação de uma nova PEC. Desta vez para salvaguardar a União. O objetivo é o mesmo: evitar que o governo federal assuma atribuições quando não tiver dotação orçamentária para isso. Eduardo Cunha assumiu o compromisso de instalar uma Comissão Especial para analisar essa proposta. Mendonça disse que não acha necessário tal PEC, mas não se opõe.

Pacto Federativo

Vereadores reforçam durante *Marcha* o pedido por um novo Pacto Federativo

A *Marcha dos Vereadores 2015* reuniu mais de 1,4 mil legisladores municipais em Brasília para reivindicar o Pacto Federativo. Assim como na *XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, promovida em maio, os municipalistas pediram, em especial ao Parlamento, que trate com celeridade e prioridade a reforma da estrutura federativa do País.

No Centro de Convenções Ulisses Guimarães, o presidente em exercício da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi, discursou em defesa do tema central escolhido pelos vereadores. “A UVB promove este encontro com o tema do momento. Tenho a convicção de que, depois da Constituição de 1988, este é o momento mais importante da Federação brasileira. E a população representada pelos vereadores está demonstrando isso.”

Segundo Aroldi, é muito bom que os vereadores tenham entendido a importância do Pacto, que os prefeitos entendam e que os deputados e senadores também saibam da necessidade de uma distribuição mais justa de recursos, princi-

palmente para os Municípios brasileiros.

Em discurso, Aroldi citou algumas proposições que tramitam no Congresso e que podem mudar a atual situação de crise das prefeituras. Falou da *Marcha a Brasília* e da última *Mobilização Permanente* – eventos que contaram com grande participação dos legisladores municipais. E defendeu a ideia de que os vereadores ajudem a montar a Rede Municipalista, projeto da CNM para unir ainda mais o movimento.

O presidente da União dos Vereadores do Brasil (UVB), Gilson Conzatti, destacou que os vereadores estão somados à CNM, e a intenção é sempre fortalecer o municipalismo. “Temos de encaixar o poder legislativo municipal também. Em cima daquilo que a CNM tem apresentado para também somarmos e pressionarmos o Congresso Nacional.”



Conzatti explicou a importância da reformulação do atual sistema federativo. “Os prefeitos estão cada vez mais complicados na questão financeira, com mais encargos. E se nós não tivermos o novo Pacto, vai cada vez ficar mais difícil. Esta é a contribuição dos vereadores para com o Brasil, não apenas com os Municípios. Queremos estar com o Congresso e ajudar para que este novo Pacto saia do papel e vire realidade.”



Fortalecimento do municipalismo

Representante dos vereadores na CNM, o vereador Tuta Rebelato disse que esta *Marcha* foi a oportunidade de se buscar um entendimento necessário. “Não é querer estar junto, devemos estar juntos. Vejo o fortalecimento do municipalismo”, afirmou.

Tuta lembrou que muitas propostas defendidas pelos vereadores são de iniciativa da CNM e que os resultados vão para os Municípios do Brasil. “O vereador nasce, cria sua família e é enterrado no Município. Ele conhece a vida das pessoas desde o batizado até o último dia de vida do brasileiro. Então, em conjunto, esses agentes políticos devem se somar para mudar a realidade de pesos sem recursos que recai sobre os Municípios.”

A *Marcha dos Vereadores* ocorreu de 18 a 21 de agosto. Muitos parlamentares, como o deputado Danilo Forte (PMDB-CE) e a senadora Ana Amélia (PP-RS), prestigiaram o evento.

Saúde

Defasagem no PAB fixo vai além de 17%, revela estudo inédito da CNM

O repasse enviado aos Entes municipais para o custeio das ações de Atenção Básica à saúde é insuficiente para cobrir as reais despesas. Um estudo inédito realizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) revela que a defasagem ultrapassa 17% no valor fixo do Piso de Atenção Básica (PAB fixo). A entidade chama a atenção para a necessidade de correção dos repasses, uma vez que 5.564 Municípios recebem esse recurso todos os meses.

Criado em 1996, o Piso de Atenção Básica (PAB) é composto por uma parte fixa, o PAB fixo, destinado a todos os Municípios de forma automática, e também por uma parte variável (PAB variável). Esta última é definida como incentivo às estratégias nacionais de organização da Atenção Básica.

A parte fixa do PAB é calculada de acordo com a população de cada Município, multiplicada por um valor *per capita* fixado pelo Ministério da Saúde, e também o Distrito Federal. Cada vez que existe uma atualização, os novos valores são publicados no Diário Oficial da União (DOU). Até o momento, a Portaria 1.409/2013 é a mais recente.

Segundo o texto, os Municípios com até 50 mil habitantes recebem o montante de R\$ 28 por habitante ao ano. Aqueles com população entre 50 mil e 100 habitantes recebem R\$ 26. Já para as cidades com mais de 100 mil e menos de 500 mil habitantes, o valor do PAB fixo é de R\$ 24. Por fim, o valor mínimo para o Distrito Federal e os Entes federados não contemplados nas categorias anteriores é de R\$ 23.

Valores recebidos x realidade

Independentemente da faixa, a defasagem dos repasses relativos ao PAB fixo é notória. Em seu estudo, a CNM fez uma projeção dos valores atuais corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

De acordo o material, o recurso para os Mu-

nicipios com até 50 mil habitantes deveria ser de pelo menos R\$ 32,86 por habitante ao ano. Esse é o custo real do serviço. Acontece que os Entes federados recebem nessa faixa, por exemplo, R\$ 28 por habitante ano. A diferença sai dos cofres municipais.

Posicionamento da Confederação

Uma das reivindicações da CNM é que os valores do componente do Piso da Atenção Básica sejam atualizados urgentemente. Como a entidade vem destacando ao longo dos últimos meses,

os gestores municipais de todo o País vivenciam uma dramática crise financeira.

Do jeito que está, a defasagem de 17,4% é coberta pelos Municípios na tentativa de não prejudicar a oferta de serviços à comunidade. Entretanto, muitos não possuem recursos suficientes para cobrir essa diferença, e a falta desse recurso se reflete na qualidade dos serviços prestados.

A Confederação reforça a necessidade de atualização desses valores para não comprometer a assistência prestada aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).



Ag. Brasil

Alerta: prestação de contas

A entidade chama a atenção ainda dos gestores para a comprovação da aplicação dos recursos transferidos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) ao Fundo Municipal de Saúde (FMS). Conforme determinação do Ministério da Saúde, é preciso enviar ao órgão o Relatório de Gestão, aprovado pelo Conselho de Saúde, seguindo todos os critérios definidos em Portaria.

Em caso de não cumprimento dessa medida, os Municípios podem ter o repasse do PAB Fixo suspenso. Seguem alguns exemplos

que podem acarretar essa situação: o não pagamento aos prestadores de serviços, públicos ou privados, hospitalares e ambulatoriais até o quinto dia útil; após disponibilização por parte do Ministério dos arquivos de processamento através do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus) e o pagamento do recurso no FMS pelo FNS; além da falta de alimentação dos Bancos de Dados Nacionais, por dois meses consecutivos ou três meses alternados.

Saúde

Quase dois mil Municípios têm Agentes de Combate às Endemias excedentes e deverão arcar com esses profissionais

Portaria 1.025/2015 do Ministério da Saúde definiu o máximo de Agentes de Combate às Endemias (ACE) que poderão ser contratados com o auxílio da União. Assim, os governos municipais deverão extinguir ou pagar sozinhos o número de profissionais excedente. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) calculou o tamanho do problema para as prefeituras.

Com base no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), a CNM estima que existem 46.098 agentes empregados pelos Municípios. Esse número pode ser ainda maior, porque muitos gestores não registram os ACE, pois, até a publicação da portaria, os ACE não tinham classificação específica na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Esses milhares de Agentes de Combate às Endemias estão concentrados, em especial, na Bahia, onde estão 19,3% do total de todo o País. Minas Gerais fica em segundo lugar, com 16,4%.

O tamanho do problema

Pela Portaria 1.025/2015, o governo federal vai custear um total de 60.939 profissionais. Portanto, em primeira análise, o documento parece financiar um número maior de ACE do que o existente. No entanto, 1.938 Municípios possuem pelo menos um ACE a mais que o previsto na portaria.

Só em Minas Gerais, por exemplo, 336 prefeituras estão nessa situação. A Bahia tem 300, e o Ceará, 147.

Em todos os Estados há Municípios que agora terão de desembolsar uma verba, sem fonte previamente estabelecida, para o custeio dos ACE não abrangidos pela portaria. Na Bahia, as prefeituras têm quase cinco mil profissionais ex-



Pref. São José dos Campos (SP)

cedentes. Em seguida estão o Ceará, com quase dois mil, e Pernambuco com 1,1 mil a mais sem apoio de recursos federais.

Importância dos ACE

O ACE é um profissional fundamental à Vigilância em Saúde. Ele trabalha de forma integrada às equipes de atenção básica na Estratégia Saúde da Família, participa das reuniões e trabalha em parceria com o Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Esse profissional promove a integração entre as vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental. Por estar em contato permanente com a comunidade onde trabalha, conhece os principais problemas da região e pode envolver a população acometida por alguma endemia.

É tarefa do ACE aplicar larvicidas e inseticidas; vistoriar depósitos, residências, terrenos baldios e estabelecimentos comerciais; inspecionar telhados, caixas d'água, calhas; prevenção e informações sobre o tratamento de doenças infecciosas para prevenir e controlar doenças, como dengue, chagas e malária.

Preocupação

Por conta da importância desses profissionais, a CNM avalia que a Portaria 1.025 é positiva por causa da organização financeira dos Entes municipais. Entretanto, a portaria não cria um fundo para a distribuição deste recurso, como acontece com os Agentes Comunitários de Saúde.

O receio dos gestores municipais é a obrigação de comprovar uma série de critérios regulamentados. Mas a portaria não informa, em nenhum momento, quando e como o apoio financeiro será repassado aos cofres municipais, alerta a CNM.

Além dessa preocupação, como dito, 1.938 Municípios têm ACE a mais que o estipulado. A contratação desse pessoal foi estimulada por muitos anos pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de ampliar o Programa Estratégia Saúde da Família. Após a medida adotada pelo governo federal, os Municípios que contrataram esses agentes ficam obrigados a arcar com o custo total deles ou desvincular os agentes do quadro de servidores.

Movimento Municipalista

I Encontro da Rede Municipalista acontece em várias regiões do País

A Rede Municipalista é um projeto da Confederação Nacional de Municípios (CNM) que visa a motivar, capacitar, orientar e trocar informações com os gestores e os servidores municipais sobre as reivindicações municipalistas.

Nos eventos, a CNM aborda a importância da revisão do Pacto Federativo e toda a sua luta para que projetos de lei relevantes que tramitam no Congresso sejam aprovados na Câmara e no Senado. A entidade também orienta como os gestores municipais podem pressionar os parlamentares para que a pauta municipalista avance no Legislativo e Executivo.

A Rede Municipalista foi lançada durante a *XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, em maio deste ano. Durante o evento, os prefeitos foram convidados a indicar o nome de um representante no Município que pudesse ser o ponto de contato com a CNM, o agente municipalista.

I Encontro da Rede Municipalista

A capital paraibana, João Pessoa, foi o primeiro local a receber o *I Encontro da Rede Municipalista* nos dias 6 e 7 de julho, e contou com a participação de mais de 100 pessoas. O evento teve uma expressiva participação de pessoas que aderiram à Rede Municipalista. Os representantes capacitados no Encontro serão os agentes municipais

responsáveis pela difusão das informações em seus respectivos Municípios. Eles foram indicados pelos gestores e ficarão encarregados de manter as prefeituras informadas sobre todas as decisões que ocorrerem em Brasília.

O evento na Paraíba foi apenas o primeiro de uma série de encontros que estão previstos em vários Estados neste segundo semestre. A CNM vai debater com outros gestores ações que possam viabilizar a gestão nos Municípios. Também vai distribuir cartilhas para os representantes municipais com orientações de como a entidade pode ajudar os Municípios.

Em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o evento aconteceu nos dias 11 e 12 de agosto, e mais de 200 pessoas participaram. Durante os dois dias de evento, os participantes puderam as-

sistir a uma palestra sobre a construção da rede e o Pacto Federativo.

As próximas edições do *I Encontro da Rede Municipalista* estão previstas para acontecer em:

- 10/9 – Teresina / PI
- 15/9 – Manaus/AM
- 23/9 – Salvador/BA
- 29/10 – São Luís/MA
- 08/12 – Palmas/TO

Para saber mais sobre o evento, acesse:
acaomunicipalista.cnm.org.br

Para indicar um agente municipalista, acesse:
www.rede.cnm.org.br



A CNM está nas principais Redes Sociais,
então, curta, siga e inscreva-se.

